

O É POPULAR * O FUTURO É POPULAR * O FUTURO É P

PROGRAMA POPULAR — PARA A — JUVENTUDE

* O FUTURO É POPULAR * O FUTURO É POPULAR * O

12 * O FUTURO É P

"Construir uma nova
sociedade em cima da atual!
Amanhecer um novo mundo,
liberto dos valores do capital.
Construindo uma nova
identidade pro livre mundo que
há de vir (...)"

- *Canção dos Novos Valores*

1. APRESENTAÇÃO

O Levante é um movimento de caráter nacional, popular e de massas que organiza jovens nas periferias, escolas, institutos federais, universidades públicas e privadas e onde mais a juventude estiver. Somos parte do campo político do Projeto Popular onde se situa o MST, Movimento Brasil Popular, MPA, MAM, MPA, MTD entre outras organizações. Compomos, a nível internacional, a Via Campesina e a Alba Movimentos. Somos milhares de jovens espalhados no país pulsando rebeldia pelo direito de ser jovem e construindo luta por um Brasil popular, democrático e soberano. Em cada universidade, escola e periferia assumimos o desafio cotidiano de enfrentar, com ousadia, as violências capitalistas, imperialistas, racistas e patriarcais. Apresentamos no estudo coletivo e na prática militante que a revolução brasileira é possível, e pelas nossas mãos, ao lado dos trabalhadores do campo e da cidade, construiremos um novo projeto de país.

Em um mundo dividido em classes, que nos empurram cotidianamente ideias individualistas da classe dominante, nós apostamos no coletivo como resposta. Por isso, nos organizamos para lutar, estudar, ler e transformar a realidade. Mas não paramos por aí, também nos organizamos para desenvolver espaços de afeto e sociabilidade, nos experimentar na cultura e artisticamente, explorar a nossa criatividade e desenvolver vínculos de amizade, fraternidade e companheirismo entre nós, jovens da classe trabalhadora. Como nos ensinou Che Guevara, *“É preciso endurecer-se, mas sem perder a ternura jamais”*, por isso, com afeto revolucionário, nos dedicamos a construir um Brasil do tamanho dos sonhos da juventude brasileira.

Esse documento é resultado de um esforço coletivo, construído a partir de um processo que junta elaborações anteriores feitas nos marcos de nossos acampamentos nacionais, a leitura concreta da realidade e a nossa atuação cotidiana. E se coloca como um instrumento de trabalho de base, de estudo, de agitação e propaganda e, principalmente, de disputa de projeto de sociedade frente às crises estruturais do capitalismo. Este texto está em constante atualiza-

ção, tendo em vista os dilemas e os desafios de cada período histórico que a juventude da classe trabalhadora brasileira vive. Trata-se de uma contribuição direta na construção da nossa estratégia, que busca responder aos problemas sociais, políticos e econômicos presentes na vida da juventude, ao mesmo tempo em que oferece uma utopia feita com radicalidade, esperança, fé no futuro e amor ao povo.

"O Levante Popular é um
movimento que surgiu pra unir
a juventude guerreira desse
Brasil!
Nós vamos pra rua, é pra lutar!
Construindo no Brasil um
Projeto Popular"

- *Levante e Lute*



2. Contexto político e o nosso projeto de sociedade: O futuro é popular!

Vivemos um mundo em crise. A combinação das crises política, econômica, ecológica e de valores atinge de modo mais intenso a juventude da classe trabalhadora. Se por um lado o declínio econômico dos Estados Unidos marca uma clara decadência do imperialismo norte-americano e o fim de um mundo unipolar; do outro, a China lidera o que chamamos de uma nova ordem multipolar, que tem nos BRICS uma alternativa à hegemonia política e econômica dos Estados Unidos. Neste mundo em reorganização, uma forte expressão da crise é a intensificação das desigualdades e da concentração de riquezas. Cerca de 1% da população mundial segue concentrando metade da riqueza produzida pelos trabalhadores em diferentes partes do planeta, estes ultra-bilionários controlam a política, os algoritmos, as tecnologias, os recursos naturais e outros mecanismos de poder em prol de seus interesses próprios, e financiam ao redor do mundo o projeto fascista da extrema direita.

Diferente do “fascismo clássico” que emergiu entre as Guerras Mundiais, o neofascismo que emerge hoje nasce no centro da crise do capitalismo, provocando e financiando conflitos militares ao redor do mundo. Assistimos o genocídio do povo palestino perpetrado por Israel e financiado pelo governo estadunidense; a retomada da *Doutrina Monroe* por Trump; os ataques ao Irã e seu revide; as ameaças de invasões; e aplicações absurdas de tarifas e sanções. Na América Latina, a busca de demonstração de poder do império e a sanha pelo petróleo e dominação da região, se reflete em momentos recentes: a intensificação do bloqueio contra Cuba; o sequestro do presidente Nicolás Maduro e da primeira combatente, Cilia Flores; as manifestações no México para derrubar Claudia Sheinbaum; os ataques à Gustavo Petro na Colômbia. A política da extrema direita é paga pelo grande capital.

Não é de hoje que o Brasil está na mira dos Estados Unidos. A

ditadura empresarial-militar e o golpe contra Dilma em 2016, a operação Lava-jato, por exemplo, tiveram financiamento e influência do governo estadunidense. Atualmente está em jogo, principalmente, a nossa democracia e nossa soberania nacional tendo em vista os interesses nas terras raras para produção de tecnologia, onde se destaca a produção bélica. Afirmamos, portanto, que a nossa luta está ligada de forma inseparável da defesa da soberania nacional, da paz e a autodeterminação dos povos para que cada nação possa livremente escrever sua própria história, sem estar submisso aos interesses estrangeiros.

No dia 08 de janeiro de 2023 vivenciamos uma tentativa de golpe no Brasil articulada por setores golpistas das Forças Armadas e do congresso nacional, junto à uma elite conservadora e negacionista. O golpe fracassou, e resultou na condenação dos generais que articularam a ação, e na prisão do ex-presidente Bolsonaro. Contudo, o projeto anti-povo e entreguista da extrema direita segue vivo, e se mostrou resiliente, tendo ainda sua base constituída em parte por setores populares. Afirmamos que a luta por justiça e por uma cultura democrática no Brasil se torna ainda mais fundamental depois dessa tentativa de repetir a história de 1964. Entendemos que é preciso que a justiça esteja acima dos interesses de determinados grupos, e que todos os envolvidos na trama golpista de 2023 sejam julgados e punidos. E para avançar de fato na luta por memória, verdade e justiça, é também fundamental que os golpistas de 1964 paguem por seus crimes contra a humanidade. E para isso, é necessário desenquadrar da lei da anistia (Nº 6.683/79) os crimes de tortura, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver.

As transformações no mundo a partir da crise do capitalismo criou um neoliberalismo que levou à formação de uma nova fração da classe dominante, ligada ao capital financeiro, agrário, comercial e de serviços, substituindo a burguesia industrial. Ao mesmo tempo, a desindustrialização e os retrocessos advindo do golpe de 2016, aprofundou a precarização do trabalho, com retirada de direitos e jornadas exaustivas, além de ter enfraquecido a percepção de classe e a identidade coletiva da luta de classes, favorecendo o avanço de uma identidade conservadora, individualista e reacionária que dis-

puta principalmente a juventude.

Na realidade cotidiana da juventude, os desdobramentos desse cenário de múltiplas crises apresenta o aumento alarmante das desigualdades; a crise ambiental; o agravamento das violências racistas e patriarcais; a elevação das taxas de juros; alto preço dos aluguéis; baixos salários; e a precarização do trabalho. Produz-se assim uma juventude sem perspectiva, sendo ainda mais disputada, e que não encontra alternativas para resolver suas angústias e problemas estruturais dentro do capitalismo e nos limites da democracia burguesa. Ao mesmo tempo, a burguesia tem especulado nossos sonhos, ofertado soluções individualistas e meritocráticas. O “vencer” na vida por mérito é produto lucrativo para as plataformas de apostas, bancos, bigtechs, e para extrema direita com seus discursos demagógicos e de ódio às minorias, que chega com “soluções simples” para problemas profundos.

Quando anunciamos que o Futuro é Popular, afirmamos que o presente é passageiro e completamente possível de ser mudado. Por mais que a indústria cultural tente imprimir uma ideia de distopia capitalista onde é mais fácil ver a destruição do mundo do que a transformação dele, nós alimentamos a esperança com luta e organização. Sabemos que para impor uma ruptura é preciso garantir o direito da juventude de ser jovem, acabar com as desigualdades estruturais, com a dominação externa e produzir uma democracia popular de verdade. Ousar construir um futuro exige enfrentar o imperialismo, o capitalismo e a extrema direita. Somos portadores da esperança, e construiremos uma revolução que extraia do futuro a sua poesia. Um socialismo que tenha a cara do Brasil, onde nossas relações sejam baseadas na liberdade, no humanismo e no cooperativismo.





"É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros.)
Se trata de abrir o rumo.

Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando."

- *Thiago de Mello*

3. Juventude brasileira e o direito de ser jovem¹

O surgimento da juventude ocorre com o surgimento do capitalismo, sendo a condição de ser jovem uma conquista da classe trabalhadora. Trata-se de um sujeito heterogêneo e em constante disputa. E para ser jovem, não basta só ter entre 15 a 29 anos: É preciso ter condições de vida que garantam que sua juventude seja exercida de forma plena com acesso à direitos como educação, saúde, cultura, trabalho, participação e etc. Contudo, o que a juventude sofre com as investidas do capital, tanto de forma ideológica quanto na exploração.

No contexto do Sul global, essa realidade ganha mais camadas. No Brasil, a juventude se consolida com a industrialização a partir da década de 1930, mas de forma fragmentada e marcada pelo racismo estrutural, fazendo com que uma pequena parte da juventude tenha condições de viver essa etapa, enquanto outra tenha esse direito negado. Historicamente, o acesso à escolarização e ao ensino superior foi restrito, e a estrutura do mercado de trabalho dividiu a juventude entre aqueles com acesso à educação e aqueles inseridos precocemente no trabalho, sendo a informalidade uma marca estrutural, uma realidade comum especialmente entre jovens negros e pobres.

Ainda assim, políticas como a ampliação das universidades e as cotas raciais tiveram impactos importantes na quebra da exclusão da juventude da periferia. Porém, a juventude segue dividida, reforçando um ideal restrito de juventude.

No século XX, a organização política juvenil foi marcada por jovens com melhores condições de vida e acesso à educação, enquanto a juventude trabalhadora precisou conciliar trabalho e estudo

¹ Os acúmulos apresentados neste tópico fazem parte de um processo oriundo de diversos debates e reflexões coletivas apresentadas por Ezequiel Scapini no texto “Um olhar sobre a Juventude”, publicado no caderno de debates do nosso 4º Acampamento Nacional (2024). São ideias para o debate e para a ação.

em condições precárias. A política de cotas que ampliou o acesso ao ensino superior colocou em xeque essa noção restrita de juventude.

A juventude vive diversas formas de exploração que se interseccionam com estruturas de classe, gênero, raça e território, aprofundando desigualdades. E diante de uma crise que atravessa de maneira particular esse segmento, que **ser jovem passa a ser uma conquista**. Se eu, enquanto jovem, não posso estudar, ou já assumo imensas responsabilidades, minha juventude não está garantida. A juventude enquanto direito, revela a correlação de forças da sociedade. No governo Lula III demos passos importantes, em especial na retomada de programas sociais e conquistas de políticas como o pé-de-meia, ampliação do IDJovem, implementação do Plano Juventude Negra Viva, o PAA, a Casa de Igualdade Racial, mas há muito mais a ser conquistado. Temos o desafio de pautar na agenda pública as questões da juventude combinando com elevação da consciência crítica e do nível da organização popular.



Me fizeste ver a claridade do
mundo e a possibilidade da
alegria.

Me fizeste indestrutível
porque contigo não
termino em mim mesmo.

– *Pablo Neruda*

4. O Programa Popular para a Juventude

O propósito do Levante é organizar a juventude da classe trabalhadora. O potencial crítico da juventude esteve em permanente disputa entre a captura ideológica promovida pelas indústrias culturais e o consumo, e o engajamento político em projetos emancipatórios. É por isso que organizar a juventude em torno de um projeto coletivo, com horizonte socialista, deve ser uma tarefa estratégica para nós. Se a juventude sente mais forte a crise, essa situação precisa ser evidenciada e priorizada nos termos organizativos e nas políticas públicas. Ademais, é impossível abordar o desenvolvimento econômico nacional desvincilhado da questão juvenil, já que a dinâmica econômica influencia diretamente na forma como a juventude será vivenciada. Nossa estratégia, portanto, passa por colocar em cena que o direito à juventude não está garantido. Essa compreensão ampla do conceito de juventude é fundamental para entendermos seu potencial político e seus limites históricos, e um movimento popular de juventude é essencial para a construção de uma estratégia de transformação da sociedade combinando **luta social, luta política, luta ideológica e luta institucional**. Tomamos como central a luta popular, e a combinação das formas de luta como um caminho capaz de acumular força própria e força social em torno de um outro projeto de país, construindo reformas estruturais que melhorem as condições de vida do povo e as condições de luta.

O Programa Popular para a Juventude não é algo estático, mas um processo em construção, que deve articular nossa visão de mundo, nossa prática social e elaboração teórica. Ele parte do conhecimento da realidade dos territórios onde atuamos, considerando as contradições e os anseios da juventude em um país diverso como o Brasil. Ao mesmo tempo, busca reunir essa diversidade em uma unidade que fortaleça a identidade de juventude. O objetivo desse programa, é, sobretudo, **colocar a juventude em luta** por um projeto de Brasil democrático, popular e soberano. Direito de ser Jovem é a bandeira que o Levante empunha ao apon-

tar as mudanças necessárias que precisam ser feitas a curto e médio prazo para melhorar a vida da juventude. É preciso dialogar com as principais demandas e contradições desse sujeito que está exposto constantemente às concepções neoliberais e neofascistas. Na medida em que há conquistas, deve-se avançar na **elevação da consciência crítica da juventude** que lutou para conquistar.

Por fim, entendemos o Estado não como algo monolítico, mas sim permeável e disputável, sendo portanto uma arena na luta de classes. Mas que tem limites intrínsecos à sua forma e sua concepção de caráter burguês à serviço do capital internacional. Ou seja, nosso palco principal de luta é a luta popular, e não nos seduz a ideia de que o Estado resolverá absolutamente todos os problemas do povo, mas que pode ser usado sim como instrumento para criar espaços de participação popular, melhorar as condições materiais da população e as condições de luta na correlação de forças. E para nós, a política pública é também caminho para alcançar direitos, e precisa estar atrelada à disputa ideológica, organizando e politizando o povo, sendo um meio e não um fim. Nesse sentido, combinando as formas de luta (Social, política, ideológica e institucional), queremos construir um processo ativo de organização popular e protagonismo juvenil para superar os dilemas e problemas mais latentes da juventude, desdobrando-se em lutas que acumulem forças para a construção de um país socialista, superando a barbárie vigente.



Vou aprender a ler,
pra ensinar meus camaradas!

- Roberto Mendes

5. Os pilares para garantir o direito de ser jovem

Os pilares para se construir uma vida digna para a juventude passa por uma agenda emergencial e por reformas estruturais. Nessa parte do texto traremos a elaboração coletiva da Coordenação Nacional do Levante, composta por dezenas de jovens de todas as regiões do Brasil, que se debruçaram para desenvolver propostas em torno de 9 eixos temáticos.

5.1. Educação para o povo é o futuro do Brasil!

A educação é um caminho incontornável para a transformação social e para a construção de um projeto popular de país. A educação hoje no Brasil vive as consequências do neoliberalismo, passando a ser tratada como produto rentável para os chamados tubarões da educação, onde se destaca o grupo Lemann.

O direito à educação é um pilar central na socialização e emancipação da juventude, e na perspectiva de presente e futuro. Mas esse direito não é uma realidade para todos os jovens do Brasil, que encontram inúmeras dificuldades para entrar e permanecer para se formar. A precarização das condições de vida da juventude, principalmente preta e pobre, nos obriga a deixar os estudos por necessidade de trabalhar. Esse cenário se agravou a partir do golpe de 2016 e dos governos que se seguiram promovendo cortes orçamentários, interferências autoritárias, o “Novo Ensino Médio”, o avanço da militarização nas escolas e um processo de sucateamento da educação nos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022). O Governo Lula III (2023) retomou importantes políticas para a educação, a exemplo do Programa Pé de Meia, ampliação das escolas de tempo integral, criação de novos institutos federais e a redução dos índices de analfabetismo em todas as faixas etárias mas principalmente entre os jovens, segundo apontam dados do IBGE.

A educação que queremos precisa de mais investimento público, sem teto de gastos e com a retomada dos 75% dos royalties do petróleo e 50% do fundo social do pré-sal para a educação. Precisa garantir mais acesso para pessoas trans, negras e indígenas, e tratar com mais centralidade a permanência das estudantes que são mães. Além disso, é preciso construir uma **Reforma Universitária Popular**, feita com ampla participação popular para que a universidade atenda verdadeiramente aos interesses do povo, estando voltada para o desenvolvimento e soberania nacional. No cotidiano, a educação deve promover a formação do pensamento crítico, combater as opressões e violências e contribuir com o um projeto de país em que a exclusão de povos que historicamente foram marginalizados não sejam mais normalizadas. Deve-se ampliar o acesso ao ensino superior através das políticas de ações afirmativas. Por fim, o Estado precisa assegurar a permanência e assistência estudantil no Ensino Superior, Médio e Técnico, garantindo soberania alimentar e nutricional, moradias estudantis dignas, passe livre, acesso e fomento à produção de cultura como parte da socialização e formação dos sujeitos, e que reflita um novo ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico.



Nossa luta se organiza em torno de 9 propostas prioritárias por uma educação pública, gratuita, democrática, popular e de qualidade:

- **Mais investimento público para a educação** e regulamentação do PNE e do PNAES e a efetivação do Novo PNE, garantindo a meta de investimento dos 10% do PIB até o final do decênio.
- **Ampliação das ações afirmativas** no ensino superior e na pós-graduação e a garantia das cotas para pessoas trans.
- **Universalização da assistência estudantil e ampliação do orçamento** para garantir moradia digna, soberania alimentar e nutricional aos estudantes.
- **Creche nas universidades** para que mães estudantes possam permanecer e se formar.
- **Valorização dos cursinhos populares** a partir da ampliação e fortalecimento do CPOP.
- **Ampliação das escolas de tempo integral**, garantindo estrutura que auxilie no ensino aprendizagem. **Universalização do pé de meia** para que essa política pública possa ser acessada por todos os estudantes para avançar na permanência estudantil.
- **Desmilitarização das escolas** para que o ambiente escolar não seja organizado e gerido por uma lógica militarizada mas sim por uma educação que estimule o pensamento crítico e forme pessoas para ler e transformar o mundo.
- **Instituir lei que ampare e garanta que as instituições de ensino sejam compreendidas como espaços culturais**, podendo a juventude desenvolver iniciativas culturais sem que haja a proibição delas dentro das universidades e escolas.



5.2. Levante Pela Paz: Juventude Viva, Territórios Livres!

A violência que afeta fortemente os territórios periféricos do Brasil onde vive uma juventude majoritariamente negra. Isso é resultado de uma questão estrutural e histórica sustentada por opressões que dão base ao capitalismo no país. Apesar da relativa queda nas taxas de violência, os dados seguem alarmantes, com massacres a partir de operações policiais nas favelas, conflitos entre facções, e o aumento da violência contra a mulher com recordes de feminicídio e estupros em 2026. Diante disso, é necessário construir um novo modelo de segurança pública, baseado na desmilitarização da polícia, no investimento em inteligência e tecnologia e no desencarceramento.

Movidos pela possibilidade de construir o novo e confiantes, nos debruçamos e continuaremos nos debruçando sobre o debate acerca de qual segurança pública queremos, entendendo que esse tema diz respeito diretamente às nossas vidas e fundamenta o programa e o projeto que construímos.

Os dados do Atlas da Violência 2025 apresentam uma queda nas taxas de violência, especialmente em 2023, quando foram registradas 45.747 mortes (queda de 2,3% em comparação com 2022). Essa redução está localizada principalmente na região Sul e é justificada pela transição demográfica de sua população rumo ao envelhecimento e pela dominação quase exclusiva de uma facção nos territórios.

Ao analisarmos os dados sobre violência contra a mulher e violência de gênero, identificamos outro desafio: em 2023, o Brasil registrou 1.467 casos de feminicídio, o maior número desde a tipificação do crime, em 2015. Os dados também apontam para pelo menos 199 estupros diários. A violência psicológica representa quase metade dos registros no Ligue 180, seguida pela violência física (15%) e pela patrimonial. Entre os estados com maior número absoluto de casos estão Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, enquanto os esta-

dos com maiores taxas por 100 mil habitantes incluem Ceará (32,6), Pernambuco (31,6) e Alagoas (29,3).

Para a nossa juventude, algo que vai além das estatísticas é a nossa capacidade de leitura da realidade a partir das contradições. A ausência de políticas públicas nos territórios periféricos forjou o poder paralelo que, por sua vez, se refinou ao longo dos anos. Inicialmente atuando no varejo das drogas, hoje opera de forma sistêmica, lucrando a partir do controle político ao negociar a entrada de figuras públicas nas comunidades mediante pagamento de “pedágio” ou troca de benefícios, econômico ao controlar o fornecimento de água, gás, internet e outros bens de consumo, e ideológico, formando um verdadeiro exército de jovens em defesa da chamada “filosofia do crime”. Além disso, articula-se com igrejas e utiliza a cultura como ferramenta para influenciar o pensamento da juventude nesses territórios.

Entre o crime organizado e uma polícia assassina, a juventude nas periferias do Brasil vê seu direito a ser jovem ainda mais distante. Só no ano passado (2025), em dados oficiais do ministério da justiça, 6.519 pessoas foram mortas pela polícia. A presença do Estado brasileiro nas periferias não tem que ser a partir do seu braço armado, que sempre traz o mesmo velho discurso de “guerra às drogas” para vitimar a população que em sua maioria é jovem, preta e pobre. É preciso investir em inteligência e no desenvolvimento de tecnologias para enfrentar o crime organizado de forma mais eficaz. Medidas como a redução da maioridade penal e o encarceramento em massa não solucionam o problema e apenas aprofundam as desigualdades. Hoje, o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, com mais de 900 mil pessoas privadas de liberdade, das quais cerca de 25% ainda aguardam julgamento. Nesse contexto, torna-se fundamental incorporar o desencarceramento como uma política pública, aliada a um novo modelo de segurança que priorize a prevenção, a garantia de direitos e o enfrentamento qualificado da criminalidade.

O Programa Popular para a Juventude visa contribuir para superar problemas estruturais na segurança pública brasileira a partir de propostas que impactem a população no curto e médio prazo, alian-

do ação e formação, fruto da nossa prática refletida nos territórios onde atuamos, para isso é importante:

- **Construção de um protocolo de operações policiais** com regramentos que garantam a segurança da população nos territórios e que proíbam a realização de operações próximas a escolas, postos de saúde e demais equipamentos de serviço público.
- **Realização de Círculos de Cultura de Paz** como ferramenta de justiça restaurativa nos territórios, em parceria com a Defensoria Pública, visando à solução de conflitos territoriais.
- **Reforma do Sistema de Segurança Pública**, com fortalecimento da atuação integrada e cooperativa de instituições como Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e Guardas Municipais, com uso de inteligência e metas definidas, como a redução da letalidade policial.
- **Regulamentação das empresas de segurança privada**, que seguem atuando de forma violenta em espaços privados e protagonizaram episódios lamentáveis nos últimos anos em estabelecimentos voltados à cultura e ao lazer.
- **Construção de Círculos de Cultura** em parceria com as Secretarias de Direitos Humanos e Proteção Social, com foco na política de redução de danos e no combate ao uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas.
- **Reorientar a política de segurança pública a partir da proteção da vida da juventude negra**, com o fim das grandes operações policiais em territórios periféricos, o fortalecimento de estratégias de inteligência e investigação, a ampliação de mecanismos de controle e participação popular sobre a atuação das forças de segurança e a superação da lógica de necropolítica que estrutura a ação do Estado nos territórios, por meio de políticas estruturadas de prevenção à violência, investimento em políticas territoriais para a juventude, formação antirracista das instituições e responsabilização efetiva por abusos e letalidade policial.

Está na luta, no corre-corre,
no dia-a-dia
Marmita é fria mas se
precisa ir trabalhar
Essa rotina em toda firma
começa às sete da manhã
Patrão reclama e manda
embora quem atrasar

- Seu Jorge

5.3. Trabalho e salário digno por um Brasil Soberano

A juventude é um dos setores mais atingidos pela exploração do trabalho, embora ainda exista a ideia de que “juventude e trabalho” são temas distantes. No entanto, pautas históricas do movimento operário, como a redução da jornada de trabalho, voltam a ganhar força justamente entre jovens trabalhadores: os jovens negros da periferia, trabalhadores e trabalhadoras dos shoppings, do supermercado, callcenters, e aqueles/as que tentam conciliar estudo e trabalho.

Desde os anos 1990, a precarização da vida da juventude se aprofundou. Não basta apenas ter idade para ser jovem; é preciso ter condições materiais para viver a juventude. Sob o neoliberalismo, jovens são submetidos cada vez mais cedo para relações de trabalho degradantes e precarizadas. As alterações no mundo do trabalho, com agregação de tecnologia, pós reforma trabalhista, reforma do ensino médio e da previdência, tem empurrando a juventude para o setor de serviços e o enfraquecimento do movimento sindical. Com a desindustrialização do Brasil, a plataformização passa a ser uma das poucas opções. Se soma à isso a realidade em que grande parcela de recém graduados não conseguem se inserir no mercado de trabalho para exercer a profissão para qual se formou. A lógica do desemprego e da precarização traz uma ideia principal: construir um exército industrial de reserva. E nos marcos do neoliberalismo isso se trata na verdade de um projeto.

Diante disso, é necessário compreender os anseios da juventude e evitar que a insatisfação, a frustração não seja capturado pela extrema direita. Mais do que defender apenas modelos antigos de trabalho, é preciso refletir sobre o significado do trabalho hoje e quais formas de vida e sobrevivência queremos. Afinal, não queremos apenas sobreviver, mas também viver e transformar a realidade vigente. Por isso pautamos:

- **Criação de um Programa Nacional de Residência Acadêmica Multidisciplinar**, para recém-formados, inspirado nas residências em saúde, unindo formação continuada, inserção profissional e compromisso social. Com bolsas remuneradas, jovens atuariam em projetos de interesse público em áreas estratégicas, junto a escolas, territórios populares, serviços públicos e movimentos sociais.
- **Fim da escala 6x1** sem redução salarial com regulamentação do limite de horas trabalhadas.
- **Reconquistar o seguro DPVAT**. O trabalho em plataforma intensifica a possibilidade de acidentes a partir de uma dinâmica que põe em risco cotidianamente a vida dos trabalhadores.
- **Política dura de sanções** para empresas que são autuadas por trabalho análogo à escravidão;
- **Fortalecimento e atualização da CLT** para responder às transformações do mundo do trabalho e ampliar direitos, incluindo trabalhadores autônomos/precariados, e trabalhadores por aplicativo. E que aponte regras para o trabalho híbrido e/ou remoto, e combata a precarização da pejetização.
- **Regulamentação e fiscalização do trabalho por aplicativos**, incluindo a construção de pontos de apoio aos trabalhadores por todo país, auxílio maternidade para mães que trabalham pelas plataformas, assim como também a implementação de protocolos de saúde e segurança. Esse passo precisa ser dado tendo como horizonte a criação de plataformas próprias controladas pelos trabalhadores e pelo Estado brasileiro.
- **Atualização da Lei do estágio** assegurando que empresas não substituam trabalhadores contratados por estagiário para mascarar vínculo. Que haja garantia de bolsa, limite de carga horária, permanência estudantil articulada ao estágio. E por fim, assegurar que o estágio seja reconhecido como experiência profissional.



PELO FIM DA ESCALA 6x1

A JUVENTUDE QUER
VIVER E TRABALHAR

E NÃO TRABALHAR
PARA SOBREVIVER!

Especulação imobiliária
E o petróleo em alto mar
Subiu o prédio eu ouço vaia

Eu faço figa pra essa vida tão
sofrida
Terminar bem sucedida
Luz do Sol é minha amiga
Luz da Lua me instiga
Me diga você, me diga
O que é que sara a tua ferida
Me diga você, me diga

– Russo Passapusso

5.4. A cidade é nossa!

Queremos uma reforma urbana construída pelo povo que reorganize as cidades, que supere a lógica da especulação imobiliária e garanta direitos básicos. A forma como a cidade é organizada hoje define quem pode acessar direitos, circular e permanecer nos territórios. Para a juventude, o direito à cidade passa pelas condições concretas de mobilidade, moradia e acesso a serviços e equipamentos públicos, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais. No entanto, esse acesso é desigual e marcado pela forma como os bens e serviços estão distribuídos no território.

Nas periferias, a ausência ou precariedade do transporte, a distância dos equipamentos públicos e as dificuldades de acesso à moradia limitam o cotidiano da juventude e restringem suas possibilidades de estudo, trabalho e lazer. Pensar o direito à cidade, portanto, é enfrentar essas desigualdades e garantir condições reais para que a juventude possa se deslocar, acessar políticas públicas e viver o território..

Assegurar esse direito exige políticas que integrem mobilidade, moradia e acesso a serviços, com foco na redução das desigualdades territoriais e na garantia de que a juventude possa, de fato, usufruir da cidade.

- **Reestruturar a política nacional de mobilidade urbana, garantindo tarifa zero**, ampliação e qualificação do transporte público de forma irrestrita, intermodal, intermunicipal e desburocratizada, assim como incentivo aos modais não motorizados (ciclovias, bicicletas) e integração territorial que assegure o direito de ir e vir da juventude nos centros e periferias;
- **Garantir a inclusão da juventude como um dos públicos prioritário nas políticas públicas em todas as suas esferas**, por meio da instituição de reservas de vagas, critérios diferenciados e pontuações específicas no acesso a programas

de moradia, mobilidade e demais políticas sociais, reconhecendo as desigualdades geracionais e assegurando condições concretas de acesso a direitos e à cidade;

- **Ampliar e garantir o acesso à mobilidade para a juventude de baixa renda, por meio do fortalecimento e da fiscalização dos serviços vinculados ao ID Jovem, da expansão dos modais atendidos, incluindo transporte rodoviário, ferroviário, fluvial e aéreo, do aumento das vagas gratuitas e da ampliação da divulgação desse direito.**



5.5. Participação popular: A Decisão em Nossas Mãos!

A participação popular é uma ferramenta de fortalecimento da democracia que defendemos e que lutamos para restabelecer em 1988. Fortalecer essa ferramenta de construção dos governos e tendo como perspectiva a construção de um programa popular para juventude prevê o trabalho articulado em três frentes: 1) Movimentos Populares, Sindicatos, Partidos, Entidades Gerais e de Base: organizações que, seja nas comunidades urbanas ou rurais, seja nas universidades ou escolas, seja na grande indústria ou no comércio organizam de diferentes modos setores da sociedade que sustentam o Brasil e fazem a economia circular; 2) Governos Federais, Estaduais e Municipais; e 3) Conselhos Setoriais: Ferramentas dos grandes temas mobilizadores da sociedade como cultura, educação, saúde, segurança, economia, etc., que propiciam o diálogo do povo com o poder público.

É fundamental superar a sensação de falsa democracia que vivemos no Brasil. Fortalecer a participação popular é formar o povo para tomadas de decisões coletivas, fortalecer as organizações populares e incentivar a construção de tecnologias sociais que contribuam de forma efetiva para a superação de problemas reais do povo brasileiro na medida que constrói poder popular.

A exemplo disso temos as Cozinhas Populares, ferramentas inauguradas durante a pandemia no Governo Bolsonaro pelos movimentos populares que colocou comida na mesa de diversos trabalhadores que se viram desassistidos pelo estado brasileiro no momento de maior crise no mundo e que contribui diretamente para os desafios do combate à fome, o desemprego e geração de renda nas comunidades. Assim como o Zona Viva, uma experiência no Ceará, que começou como uma ferramenta de combate à violência dentro dos territórios conhecidos como zonas de violência e hoje também assume o papel de programa de governo no estado oferecendo capacitação, formação, cultura e lazer para a juventude nos territórios.

Por último, reiteramos que o fortalecimento da participação popular é a construção do exercício do poder coletivamente nos seus diferentes níveis sendo numa comunidade, numa cidade, em um estado e no país e como para a juventude o que nos move é o povo no poder, elaboramos propostas que possam fortalecer a participação. Não existe governo popular, ou de esquerda sem o povo no centro das decisões.

- **Fortalecimento do Conselho Nacional de Juventude e estruturação de Secretarias Estaduais de Juventude** tendo em vista que boa parte destas são subsecretarias ou pastas de secretarias nos estados contando com um orçamento limitado ou inexistente.
- **Fortalecimento dos Agentes Populares** nas mais diversas áreas como (Saúde, Educação, Cultura, Combate à Fome, Economia Solidária) como ferramentas de aprimoramento e construção de programas e políticas públicas que têm enraizamento nos territórios brasileiros e contribuam com a superação dos desafios do povo.
- **Programa Participa na Escola:** Construir espaços de participação popular nas escolas básicas através de plebiscitos para resolver os principais problemas existentes no ambiente escolar, contribuindo na construção de uma cultura política de exercício democrático que vá para além de votar apenas de 2 em 2 anos.
- **Curricularização do Estatuto da Juventude:** Estabelecer um processo de maior difusão do Estatuto da Juventude como parte do processo formativo dentro das escolas.



"Eu só quero é ser feliz
Andar tranquilamente na
favela onde eu nasci, é
E poder me orgulhar
E ter a consciência que o
pobre tem seu lugar"

- *Cidinho & Doca*

5.6. Derrubar o Racismo, Enfrentar o Patriarcado: O Nosso Futuro Ninguém Cala!

A desigualdade no Brasil tem caráter estrutural e atravessa historicamente a vida da classe trabalhadora, se expressando de forma direta a partir de raça, gênero e orientação sexual. Esses marcadores seguem organizando o acesso a direitos e oportunidades, produzindo violências e restringindo a dignidade da juventude.

No cotidiano, essas opressões se manifestam na discriminação, na violência física e simbólica, na negação de direitos, e na divisão sexual do trabalho. A juventude negra, as mulheres e a população LGBTI+ são as mais atingidas, tendo suas trajetórias marcadas por barreiras no acesso à educação, ao trabalho, à segurança e à participação na esfera pública.

Enfrentar esse cenário exige políticas públicas comprometidas com o combate ao racismo, ao machismo e à LGBTI+fobia, articulando ações que garantam igualdade de direitos e enfrentem as múltiplas formas de opressão. Trata-se de assegurar que toda juventude possa viver com dignidade, sem que sua identidade determine seus limites.

- **Fortalecer e ampliar as políticas públicas de enfrentamento às opressões a partir da realidade da juventude**, aprimorando e assegurando que estruturas já existentes, como casas-abrigo, centros de referência e delegacias especializadas no atendimento à mulher, além de políticas de promoção da igualdade racial e dos direitos LGBTI+, incorporem de forma efetiva as demandas das juventudes, com ações direcionadas às suas condições de vida, maior presença nos territórios e participação ativa na construção e acompanhamento dessas políticas.

- **Transformar o Plano Juventude Negra Viva em política de Estado permanente**, por meio de sua institucionalização em lei, com orçamento próprio, metas nacionais de redução da violência e do extermínio da juventude negra, articulação intersetorial entre áreas como segurança, educação e cultura, e mecanismos de controle e participação popular na sua implementação e monitoramento.
- **Fortalecer políticas de enfrentamento à violência digital contra a juventude**, com foco no combate à disseminação de conteúdos misóginos, racistas e LGBTI+fóbicos nas redes, por meio da responsabilização das plataformas, da criação de mecanismos de denúncia acessíveis e eficazes e do desenvolvimento de ações de educação digital que enfrente a cultura de ódio e desinformação, reconhecendo o ambiente virtual como espaço central na reprodução e ampliação das opressões.
- **Garantir a implementação de políticas de educação sexual nas escolas**, voltadas à formação da juventude para o respeito às diferenças, à autonomia sobre o próprio corpo e à prevenção de violências, por meio de conteúdos adequados às diferentes etapas de ensino, da formação de educadores e da construção de espaços seguros de diálogo, contribuindo para o enfrentamento ao machismo, à LGBTI+fobia e a outras formas de opressão.
- **Programa Promotoras Legais Populares (PLPs)**: institucionalizar como um programa do Ministério das Mulheres as Promotoras Legais Populares, que são iniciativas de formação de mulheres lideranças comunitárias a organizar as mulheres e combater a violência machista nos territórios.
- **Maria da Penha nas Escolas**: Curricularizar a Lei Maria da Penha nas escolas básicas, a fim de ensinar crianças e adolescentes sobre a origem da violência contra as mulheres e suas formas, como a Lei funciona para proteger e acolher as mulheres, quais são os órgãos responsáveis para isso, e sobre as medidas pedagógicas para reintegrar socialmente os homens que foram os agressores e transformar suas práticas.



A ordem é ninguém passar fome
Progresso é o povo feliz
A Reforma Agrária é a volta
Do agricultor à raiz.

- *Zé Pinto*

5.7. Cultura e Comunicação: Brota nas Ideias!

A ideologia dominante é uma estrutura fundamental para a sustentação e manutenção da burguesia no poder, e a hegemonia cultural é um fator basilar que legitima e naturaliza o modo de ser do capitalismo, moldando a forma de ver e interpretar o mundo. Na conjuntura em que nos encontramos, a formação da opinião pública ganha centralidade, assim como a concentração de dados, a disputa de valores e a consciência das massas. Os meios de comunicação, as plataformas digitais, a cultura popular e a contracultura são terrenos de disputa permanente, onde a extrema direita vem atuando de maneira estratégica para construir sua influência, difundindo pânico moral, discurso de ódio, desinformação e visões de mundo ultraliberais, buscando, assim, legitimar seu projeto político dentro da crise estrutural do capitalismo.

Quem domina os dados domina o futuro. As big techs, por sua vez, tornam o atual cenário ainda mais complexo. Seus donos, como Mark Zuckerberg, Jeff Bezos, e Elon Musk têm lucrado com a misoginia, o negacionismo climático, o movimento antivacina, o racismo, o neonazismo e inúmeros outros discursos de ódio e formas de violência digital. Nossos dados, metadados e biodados estão nas mãos dessas empresas, cujos proprietários se alinham ao projeto da extrema direita. Os dados do SUS estão na Amazon Web Services; os dados da produção científica da maioria das universidades públicas estão com a Google; e os dados do Judiciário estão, em sua maioria, na Microsoft. Acreditamos e defendemos que a tecnologia deve servir ao povo, e não ao lucro de um grupo restrito de pessoas. Diante disso, faz-se urgente e necessária a construção de uma **soberania digital popular**, passando, necessariamente, pela regulamentação das big techs mirando na desvinculação completa da dependência estrutural dos armazenamentos de dados fora do Brasil. Estamos ficando para trás no tema da IA, precisamos construir nossa própria IA, desenvolver um modelo em português com o código aberto para que o povo possa mexer e se apropriar dessa tecnologia.

No Brasil, temos uma mídia altamente concentrada nas mãos de poucas famílias, o que faz com que ideias, valores e visões de mundo do neoliberalismo sejam continuamente reforçados, impostos a todo momento à juventude. Mas, como é marca do nosso povo, somos capazes de preservar o que é essencial para a nossa sobrevivência e de subverter as mesmas ferramentas usadas para nos oprimir. Por isso, estamos ligados no potencial transformador da cultura e da comunicação, afirmando que existe espaço para disputá-las. É em torno desse potencial subversivo, com uma juventude que compreende que o direito à cultura é central para a transformação da sociedade e que, junto à comunicação, constitui um importante instrumento de expressão e de disputa de consciência, que entendemos que cabe a nós contar, à nossa maneira, a nossa própria história. Para isso, elencamos propostas centrais do nosso Programa para esse eixo:

- **Instituir uma política de regulamentação das big techs, plataformas e redes sociais** para combater violências, proteger dados e fortalecer tecnologias nacionais e IAs brasileiras de código aberto;
- **Aprovação e implementação da Lei de Combate à Fake News (PL 2630/2020)** que hoje encontra-se parada, mas que precisa estar na ordem do dia para que possamos combater a desinformação.
- **Fim das bets** a partir de uma lei que proíba a exploração, oferta e facilitação de apostas de quota fixa em todo o Brasil. Revogando trechos da regulamentação atual, e dando destaque para o alto endividamento das famílias e o vício como problemas de saúde pública.
- **Democratização dos meios de comunicação**, com a regulamentação dos artigos da Constituição Brasileira relacionados à Comunicação e a efetivação do direito ao acesso e à produção de comunicação, e garantindo acesso gratuito à informação para geral. Queremos que as concessões públicas vinculadas aos canais sejam de interesse público e com projetos educativos.

- **Criar Programas de valorização da cultura Afro-brasileira, indígena e de comunidades e povos tradicionais** em consonância com a aplicação da Lei nº 11.645 que tornaram obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e indígena na educação básica, no ensino fundamental e médio. Bem como a difusão da Escola Nacional de hip-hop em todas as escolas públicas do país.
- **Criar Centros Nacionais de Memória e Cultura Democrática** para promover e fomentar tecnologias sociais de construção de memória coletiva de marcos históricos como a ditadura militar no Brasil, as revoltas populares e a resistência dos setores historicamente oprimidos.
- **Desenvolvimento, financiamento e enraizamento de políticas construídas pela juventude, como:** Festival Cultural das Periferias; Caravana Cultural; Centros Populares de Cultura; Batalhas de Rima, Slams e Batalhas de Vogue; política de revitalização dos espaços públicos através do graffiti e da organização comunitária;
- **Mais incentivo para contar a nossa história.** Financiar e desenvolver iniciativas de capacitação técnica com a juventude em áreas como fotografia, audiovisual, design, programação, sonorização. Fomentar de redes formativas organizadas pela juventude, como rádios comunitárias e meios digitais.



5.8. Sem água, sem ar, sem terra não há futuro: cuidar do meio ambiente é tarefa da juventude!

O modelo de produção capitalista nos empurrou para uma crise ambiental profunda, que se combina com a crise civilizatória. Ainda assim, tende-se a deslocar a responsabilidade da crise climática e ambiental para o âmbito individual, enquanto se esconde quem são os verdadeiros culpados (Agronegócio, Bancos, Mineradoras e multinacionais). A maior evidência da crise ambiental são as mudanças climáticas, que, no Brasil, são intensificadas principalmente pelo avanço do agronegócio e da mineração a partir da intensa exploração e uso da terra com a pecuária e o desmatamento.

E não é todo mundo que está no mesmo barco, pois a crise ambiental revela desigualdades econômicas, raciais e de gênero. Existe um aspecto territorial da crise que eleva os efeitos catastróficos dos eventos climáticos em países do Sul Global, além de aspectos étnico-raciais que atingem de modo diferente as pessoas pretas, indígenas e periféricas. O racismo ambiental é caracterizado pela compreensão de que as injustiças sociais e ambientais recaem frequentemente sobre etnias e populações vulnerabilizadas, revelando a marca racial dessas assimetrias, que se manifesta principalmente na ausência de saneamento básico, na falta de prevenção contra desastres ambientais e no desconforto térmico das ilhas de calor no meio urbano.

A superação da crise possui várias camadas de atuação que precisa estar articulada com a ressignificação da relação humano-natureza. Em meio às disputas geopolíticas representadas pelo capitalismo verde a partir do extrativismo e de uma transição energética pautadas nos consensos do norte global, é fundamental que o Brasil construa um plano de reindustrialização tendo como centro a soberania popular e que aponte um outro modelo energético. Um plano que assegure o controle das nossas terras raras, e nossos minerais críticos. Ao passo que também se deve incluir nesse processo de

reindustrialização a redistribuição de terras, o fortalecimento da agricultura camponesa e familiar, a agroecologia, a fim de construir um desenvolvimento à serviço das necessidades do povo brasileiro.

Afirmamos que o caminho para superar as questões ambientais e climáticas passa necessariamente pela Reforma Agrária Popular, pela Transição Energética Justa e Popular, pela construção de Justiça climática e ambiental combinada com justiça social e com o povo organizado debatendo e construindo, defendendo a soberania nacional, e o uso de tecnologias ancestrais e sociais. Diante disso, a nível de curto e médio prazo, propomos:

- **Instituir mecanismos mais rígidos para zerar o desmatamento em todo território nacional**, garantindo que a meta de desmatamento até 2030 seja alcançada.
- **Derrubar permanentemente o Marco Temporal e garantir a demarcação de todas as terras indígenas no Brasil**. Os povos originários são guardiões das águas e das florestas, e a séculos mantêm uma relação de cuidado com a natureza.
- **Fóruns de Controle Social dos Bens Comuns**: Fortalecer a criação de fóruns (água, ar e terra) com financiamento público para fiscalização dos recursos e propor ações de promoção de saneamento básico, acesso à alimentação saudável, água potável a partir da realidade local.
- **Programa de Agentes Populares em Educação Ambiental**: Formar jovens multiplicadores em meio ambiente e agroecologia para atuar em escolas e bairros, promovendo a consciência crítica sobre a crise ambiental.
- **Comitês Locais de Saúde e Bem-Estar Ambiental**: Criar espaços comunitários de monitoramento da saúde ambiental (qualidade do ar, áreas verdes e saneamento) integrados ao SUS e à rede de assistência.
- **Reflorestamento das Periferias**: Instituir um programa de reflorestamento das periferias que articule escolas, movimentos populares e sociais, e associações comunitá-

rias no intuito de construir um processo de ação conjunta para reduzir os efeitos de desastres ambientais e o desconforto térmico nas periferias. E destinar terrenos urbanos ociosos para a produção de alimentos saudáveis geridos pela comunidade local junto aos movimentos sociais.

A ordem é ninguém passar fome
Progresso é o povo feliz
A Reforma Agrária é a volta
Do agricultor à raiz.

- *Zé Pinto*

5.9. Juventude com atitude para defender a saúde!

Entendemos a saúde como um processo social e coletivo, relacionado às condições de vida, trabalho e organização da sociedade. O trabalho ocupa um papel central nesse debate, pois é elemento constituidor da vida humana, da subjetividade e das relações sociais. Entretanto, no capitalismo, o trabalho se torna alienado, transformando-se apenas em meio de sobrevivência e submetendo os trabalhadores à exploração, o que impacta diretamente sua saúde física e mental.

No caso brasileiro e latino-americano, esse processo ocorre em um contexto de capitalismo dependente, marcado historicamente pela colonização, pela exportação de matérias-primas e pela superexploração da classe trabalhadora. A intensificação das jornadas, a precarização das condições de vida e a desigualdade estrutural produzem adoecimento, violência e limitação das possibilidades de existência do povo. Assim, a perspectiva apresentada defende que a superação desses problemas exige transformações profundas na organização social, econômica e política da sociedade. Assim, defendemos que a superação desses problemas de saúde exigem transformações profundas na organização social, econômica e política da sociedade.

Para nós, a saúde portanto, não se resume a ausência de doença, é um conceito muito mais amplo que vai além de uma dimensão física. É sobre resistir, ter condições de vida digna com lazer, trabalho digno, educação, justiça e alimentação. Nessa perspectiva, a tarefa da juventude é defender o SUS como parte também da luta pelo direito de ser jovem e viver bem. E para viver bem é fundamental que o estado garanta políticas que potencialize as práticas coletivas de saúde que enfrente os principais desafios da juventude que é o sujeito mais afetado pela crise do capitalismo. Sem saúde não há luta, não há resistência, e não há direito de ser jovem.

O sofrimento psíquico, a insegurança alimentar, a violência, a

evasão escolar, a gravidez indesejada e da falta de acesso a serviços especializados são reflexos de um projeto neoliberal em curso, e que demonstra a necessidade de fortalecer políticas públicas universais, territoriais e intersetoriais, que coloquem a juventude no centro da promoção da saúde, da prevenção e do cuidado integral.

Nesse sentido, é fundamental ampliar a rede pública de atenção à saúde física e mental, fortalecer a presença de equipes multidisciplinares nas escolas, garantir acesso à saúde sexual e reprodutiva, combater a pobreza menstrual e assegurar atendimento digno e humanizado para todas as juventudes, incluindo a população trans. Ao mesmo tempo, promover esporte, cultura, alimentação saudável e espaços comunitários de convivência também é promover saúde. Por isso, defendemos políticas estruturantes que articulem cuidado, autonomia, direitos e bem viver para a juventude brasileira:

- **Ampliação dos RAPS e efetiva implementação da Lei Nº14.615/23** para que em todas as instituições de ensino tenha a presença de uma equipe multidisciplinar.
- **Ampliação do programa Saúde na Escola e da criação de um Programa Nacional intersetorial** que: a) minimize os impactos da gravidez em idade indesejada; b) combata a pobreza menstrual; c) disponibilize preservativos e outros métodos contraceptivos; d) ofereça absorventes e coletores menstruais; e) realize testagem de IST; f) ofereça serviços de planejamento familiar e acompanhamento de gestantes e puérperas; g) realize acompanhamento de pessoas trans.
- **Aborto legal, seguro e gratuito**, a partir de política que garanta o acesso e o acolhimento ao procedimento do aborto legal, de acordo com a ADPF 442.
- **Criar o Programa de Saúde para a Juventude**, voltado ao atendimento integral da saúde juvenil com um equipamento próprio nas cidades. O programa prevê articulações intersetoriais e visa garantir a promoção da saúde dos jovens, de acordo com 6 eixos prioritários: a) Segurança alimentar e nutricional; b) práticas corporais e atividades físicas; c) Redução de danos e orientações sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas; d) formação de profissionais da saúde e da

educação para abordar temas sobre diversidade de gênero de maneira sensível e inclusiva; e) atendimento especializado à população transexual juvenil e em transição de gênero; f) dispensação de medicamentos e hormônios.

- **Copa das periferias** como uma política nacional que promova esporte, lazer e cultura nas periferias de todo país. E que contemple modalidade de práticas esportivas locais tendo como público-alvo a juventude.
- **Alimentação saudável e adequada** a partir da concretização do segundo tema da Política Nacional de Promoção à Saúde (PNPS), para promover a criação e fortalecimento de cozinhas solidárias populares tendo como principais fornecedores os assentamentos que produzem alimentos agroecológicos.
- **Transformar em política permanente de Estado os Agentes de Educação Popular em Saúde**, ampliando ainda mais essa iniciativa para haver Agentes Populares de Saúde nas Universidades e Escolas, promovendo agentes de saúde nesses espaços.
- **Fortalecimento do VERSUS:** As Vivências na Realidade do SUS tem a capacidade de formar profissionais da saúde que atuem com compromisso com o Sistema Único de Saúde. Consideramos que esse é um desafio atual e permanente levando em consideração o constante sucateamento do SUS combinado com a rede de planos particulares de saúde que se tornam um meio atrativo para os profissionais.
- **Fim das comunidades terapêuticas**, e a abolição da lógica manicomial nos cuidados em saúde fortalecendo a Lei 10.216/01, ampliando os CAPs e garantindo cuidado humanizado respeitando a liberdade e os direitos humanos dos indivíduos.
- **Implementação de CAPS voltados para pessoas em situação de violência**, com o objetivo de acolher e encaminhar mulheres e jovens para atendimento jurídico, psicológico e de assistência social.





6. Considerações finais

Diante dos grandes desafios do nosso tempo, o conteúdo desse documento deve servir como material de estudo coletivo, trabalho de base, e de luta. Trata-se de uma caixa de ferramenta para guiar nossa atuação, e organizar mais jovens no Levante. Estamos apresentando respostas para os problemas concretos e apontando que a saída é a organização popular e a combinação das formas de luta. Para romper com a dura realidade que vivemos, é preciso esperarçar do jeito que Paulo Freire ensinou, é preciso se rebelar como Che nos mostrou, é preciso estudar e se organizar como Lênin provou. Esse documento é um manifesto de esperança, pois o futuro estamos fazendo agora.

Maio de 2026.

Juventude que ousa lutar,
Constrói poder popular!

Organizar a esperança,
Conduzir a tempestade
Romper os muros da noite,
Criar sem pedir licença
Um muro de liberdade.
Trabalhar a dor, trabalhar o dia,
Trabalhar a flor, irmão!
E a coragem de acender a
rebeldia!
Convocar todos os sonhos
E as mãos das companheiras
Feitas de espera e de flor,
Tecendo nossas bandeiras
Na trama de cada dor.
Retomamos a memória,
Na batalha das cidades
Empunhamos nossa história
Já não há quem nos detenha
Nós somos a tempestade.

- Pedro Tierra

CRÉDITOS DAS IMAGENS

Imagens do Miolo

Pág. 8, 21 e 39: Junior Lima @xuniorl

Pág. 11 e 12: Triz Sá @trizxs

Pág. 17: Fernanda @fxxria_

Pág. 26: Victor A. Frainer @victorfrainer

Pág. 43: Guilherme Gandolfi @guifrodu

Pág. 48: Mick @wgrdat

As demais fotos são reproduções do Coletivo Nacional de Comunicação do Levante Popular da Juventude. Disponíveis em: www.flickr.com/photos/levantepopulardajuventude/

Direitos e Autorizações

Todas as fotografias desta obra pertencem aos seus respectivos autores, conforme indicado acima. Todos os direitos reservados. Nenhuma imagem pode ser reproduzida sem autorização prévia por escrito dos detentores dos direitos autorais.

